

Michele Cristina Souza Achcar Colla de Oliveira
Victor Hugo Tejerina-Velázquez

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Licenciamento de Patentes de
Medicamentos e o COVID-19**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-312-7

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'ouro – 4400-996 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

O48 Oliveira, Michele Cristina Souza Achcar Colla de.
 Gestão estratégica de propriedade intelectual e políticas públicas: licenciamento de patentes de medicamentos e o COVID-19./ Michele Cristina Souza Achcar Colla de Oliveira, Victor Hugo Tejerina-Velázquez./ Curitiba: Juruá, 2021.

228p.: il.; 21,5cm

1. Infecções por coronavírus. 2. Medicamentos. 3. Política pública. 4. Propriedade intelectual. I. Tejerina-Velázquez, Victor Hugo. II. Título.

CDD 363.19463 (22.ed)
 CDU 615

000003

Bases Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	23
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS	25
INTRODUÇÃO	27
Capítulo I – O DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL	35
1.1 ANÁLISE CONCEITUAL DE PROPRIEDADE	35
1.1.1 Os Pressupostos Históricos e Evolutivos da Propriedade e do Direito de Propriedade	35
1.2 ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO INSTITUTO JURÍDICO DA PROPRIEDADE	39
1.2.1 Direito de Propriedade	39
1.2.2 Direito à Propriedade	41
1.2.3 As Nuances do Direito de Propriedade no Ordenamento Pátrio	43
1.2.4 O Direito de (à) Propriedade e a Questão da Fundamentalidade	46
1.3 OS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	47
1.3.1 Natureza Jurídica da Propriedade Industrial	48
1.3.2 Arcabouço Normativo da Propriedade Industrial no Brasil	57
1.3.3 Análise da Legislação Anterior à Lei de Propriedade Industrial (LPI)	58

1.4	OS TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS RELATIVOS À PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	58
1.4.1	Convenção da União de Paris (CUP).....	60
1.4.2	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATT) e a Rodada do Uruguai.....	61
1.4.3	Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio – Acordo TRIPS ou ADPIC.....	62
1.4.4	Tratado de Cooperação em Matéria de Patente (PCT)....	63
1.5	A PROTEÇÃO PATENTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO ...	64
1.5.1	Conceituação e Natureza Jurídica.....	64
1.5.2	Os Tipos de Patentes e os Prazos de Monopólio.....	68
1.5.3	O Direito Concorrencial e os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI).....	69
1.5.4	O Protocolo de Madri.....	70
1.6	A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ...	71
1.6.1	Conceito de Função Social da Propriedade.....	73
1.7.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REGIONAL.....	81
1.7.1	Direitos Humanos e Inteligência Artificial.....	81
1.7.2	Auditar as “Caixas Pretas”.....	83
1.7.3	Ética e Diversidade.....	83
1.7.4	Uma Inteligência Artificial Ecológica.....	85
1.7.5	Antecipar-se às Transformações Estruturais do Trabalho.....	86

Capítulo II – O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO DE PATENTES DE MEDICAMENTOS NO BRASIL.....

2.1	AS PATENTES FARMACÊUTICAS.....	91
2.1.1	Diferenciação entre Medicamento, Medicamento de Interesse em Saúde Pública, Fármaco e Remédio.....	92
2.1.2	A ANVISA e a Anuência Prévia.....	93
2.1.3	As Patentes <i>Pipeline</i> ou de Revalidação.....	98

2.1.4	Os Direitos da Propriedade Intelectual e o Desenvolvimento Econômico-Tecnológico na Produção de Medicamentos.....	103
2.1.5	O Perfil Inovativo Brasileiro e os Depósitos de Patentes Perante o INPI	105
2.2	CONCEITUAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE PATENTES..	111
2.2.1	O Instituto Jurídico do Licenciamento.....	112
2.3	O LICENCIAMENTO APLICADO AO DIREITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL BRASILEIRA	112
2.4	O LICENCIAMENTO VOLUNTÁRIO DE PATENTES	113
2.5	O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO DE PATENTES.....	114
2.5.1	Os Precedentes da Licença Compulsória de Patentes de Medicamentos no Brasil.....	121
2.5.2	Requisitos Legais para o Licenciamento Compulsório de Medicamentos no Brasil	123
2.6	LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO: ESTUDO COMPARADO	127
2.7	A EXAUSTÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO	130
2.8	O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO DA PATENTE DO EFAVIRENZ E SUA RELEVÂNCIA.....	135
2.8.1	O Pedido de Patenteamento do Antirretroviral Tenofovir..	141

Capítulo III – A PROPRIEDADE INDUSTRIAL DE PATENTES DE MEDICAMENTOS EM CONFRONTO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À SAÚDE PÚBLICA.....	145
3.1 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM).....	146
3.2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	149
3.3 ESTEIRA NORMATIVA DO DIREITO À SAÚDE	150
3.3.1 O Direito à Saúde Pública como Norma Programática...	157

3.4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL.....	159
3.4.1	O Sistema Único de Saúde (SUS).....	161
3.4.2	A Política Nacional de Assistência Farmacêutica: o For- necimento dos Antirretrovirais pelo SUS.....	162
3.4.3	Os Custos dos Medicamentos	164
3.5	O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS	174
3.5.1	A Efetividade dos Direitos Fundamentais em Face das Teorias do Mínimo Existencial e da Reserva do Possí- vel.....	186
3.6	OS DIREITOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E O DI- REITO À SAÚDE PÚBLICA.....	191
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS	205
	ÍNDICE REMISSIVO	213